

O patrimônio cultural em Santo Ângelo/RS: entre o passado da missão jesuítico-indígena e as tensões da Coluna Prestes

The cultural patrimony in Santo Ângelo / RS: between the past of the Jesuit-Indian mission and the tensions of the Prestes Column

Enviado em: 07/05/2019

Aceito em: 12/07/2019

Amílcar Guidolim Vitor¹

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos²

Resumo:

O artigo trata sobre o processo de construção da memória e do patrimônio cultural no município de Santo Ângelo, na região das missões do Rio Grande do Sul, a partir dos usos do passado jesuítico-indígena da redução de San Angel Custódio, analisando de que forma e com que interesses esse passado foi ativado, especialmente a partir da década de 1920. Ao mesmo tempo, também se problematiza os usos do passado da Coluna Prestes, que teve em Santo Ângelo o seu embrião com o movimento rebelde de 1924. Em 1984 foi realizado o evento "Coluna Prestes: 60 anos depois", marcando o período em que se passa a acionar o passado da Coluna na cidade. O objetivo do artigo é evidenciar que o processo de acionamento e usos do passado da Coluna Prestes gerou interpretações e representações distintas, ao contrário do passado jesuítico-indígena, menos problemático do ponto de vista político e ideológico.

Palavras-chave: História. Memória. Patrimônio.

Abstract:

The article it's about the process of construction memory and cultural heritage in the municipality of Santo Ângelo, in the missions region of Rio Grande do Sul, based on the Jesuit-indigenous past uses of the reduction of San Angel Custódio, analyzing how and with which interests this past was activated, especially from the 1920s. At the same time, it also problematizes the past uses of the Coluna Prestes, which had in Santo Ângelo its start with there movement of 1924. In 1984 it was held the event "Coluna Prestes: 60 anos depois",

¹ Professor do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das missões – URI – Campus Santo Ângelo; Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: amilcar_vitor@yahoo.com.br

² Professor titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutor em História. E-mail: j-quevedo@uol.com.br

marking the period in which it happens to trigger the past of the Coluna in the city. The aim of the article is to show that the process of activation and past uses of the Coluna Prestes generated distinct interpretations and representations, unlike the Jesuit-Indian past, less problematic from a political and ideological point of view.

Keywords: History. Memory. Patrimony.

Introdução

O município de Santo Ângelo está localizado na região noroeste do Rio Grande do Sul, também conhecida como região das missões³. Nos séculos XVII e XVIII, mais precisamente entre 1682 e 1707, foram criadas nessa região reduções jesuítico-indígenas que criaram um sistema político, econômico e cultural pioneiro não apenas no processo de ocupação, garantia e disputas pela posse das terras da América entre as coroas de Portugal e Espanha, mas fundamentais no contexto de formação territorial e cultural do atual Rio Grande do Sul. Apesar disso, no processo de construção da historiografia sul-rio-grandense se notabilizou a produção de uma corrente baseada em uma interpretação lusitana em detrimento de uma influência platina que reconhecesse o papel que a experiência reducional teve nesse processo de construção do que é o atual Rio Grande do Sul.

A década de 1920 marcou o período em que não apenas a historiografia, mas as políticas públicas governamentais passaram a reconhecer a influência do período das reduções na formação histórica e cultural sul-rio-grandense, processo esse ampliado com o tombamento do sítio histórico de São Miguel na década de 1930. Muito em função disso, desse período em diante, e especialmente a partir da segunda metade do século XX, desenvolveu-se um processo de construção de uma memória, identidade e patrimônio cultural baseados no passado jesuítico-indígena do período colonial.

³Esta denominação está ligada a uma ideia de territorialidade histórica e cultural relacionada ao passado das sete missões jesuítico-indígenas fundadas na margem oriental do Rio Uruguai entre 1682 e 1707, onde a partir do século XIX em processos de ocupação e repovoamento dos espaços reducionais houve emancipações político-administrativas que criaram cidades como São Borja (1834), Santo Ângelo (1873), São Luiz Gonzaga (1880), São Nicolau (1965) e São Miguel das Missões (1988). Atualmente o que se convencionou chamar região das missões no Rio Grande do Sul não necessariamente leva em consideração toda a extensão dos domínios reducionais do período colonial (o que extrapola inclusive os domínios sul-rio-grandenses) e abrange 26 municípios que formam a Associação dos Municípios das Missões (AMM).

Especialmente em Santo Ângelo esse processo contou com ações do poder público e pesquisas acadêmicas que contribuíram para a construção de laços identitários que pudessem aglutinar em torno de um mesmo passado as diferenças étnicas que passaram a compor o mosaico cultural santo-angelense formado por imigrantes europeus, indígenas e afro-brasileiros, principalmente depois do desenvolvimento econômico e populacional que a cidade passou a vivenciar com a chegada do ramal ferroviário nos anos 1920.

Nos anos 1980, não apenas Santo Ângelo, mas outros municípios da região das missões com raízes no período reducional ampliaram esse processo de elaboração do seu passado e construção de memórias, identidades e expressões do patrimônio. Entretanto, a partir de 1984, Santo Ângelo passou a ativar outro período de sua história, mais recente e também mais problemático do ponto de vista político e ideológico. Nesse ano foi realizado na cidade um evento em homenagem aos 60 anos da Coluna Prestes, movimento rebelde que em 1924 sublevou quartéis do Rio Grande do Sul contra o governo do então presidente Artur Bernardes. Liderado por militares, entre eles Luiz Carlos Prestes que rebelou o 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, o movimento percorreu o Brasil durante dois anos e três meses visando a deposição do presidente. Na década de 1930 Luiz Carlos Prestes rompeu com seus companheiros de marcha e aderiu ao Partido Comunista do Brasil (PCB) construindo uma trajetória marcante no comunismo brasileiro e internacional.

Em 1984, quando da realização do evento em alusão aos 60 anos da Coluna Prestes em Santo Ângelo, Luiz Carlos Prestes havia se distanciado do Partido Comunista em função de divergências com a direção, o que de forma alguma deixava de desvincular sua trajetória com a militância no partido, especialmente em um período que, apesar de ser marcado pelo processo de redemocratização do país, ainda produzia manifestações anticomunistas. Na década de 1990 foi criado um Memorial em homenagem a Coluna Prestes ratificando a ativação e o uso do passado da Coluna, este mais problemático, especialmente pelas visões contraditórias que se construiu tanto em relação à Coluna Prestes quanto pela trajetória política de Luiz Carlos Prestes no comunismo.

Dessa forma, o presente artigo se propõe a analisar o processo de ativação, usos e construção de uma memória, identidade e patrimônio do município de Santo Ângelo ao longo do século XX baseado no período jesuítico-indígena, ao mesmo

tempo em que problematiza o mesmo processo em relação à Coluna Prestes, destacando as maneiras como esses passados foram acionados. O texto é parte da pesquisa de Doutorado intitulada “A Coluna Prestes 60 anos depois: disputas em torno do passado e a construção do patrimônio cultural na região das missões do Rio Grande do Sul”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Os usos do passado jesuítico-indígena e a construção de uma identidade missioneira em Santo Ângelo

A origem histórica da atual cidade de Santo Ângelo na região noroeste do Rio Grande do Sul remete-se ao período colonial, quando entre 1682 e 1707 foram fundadas missões jesuítico-indígenas na margem oriental do Rio Uruguai dando origem ao que ficou conhecido como *Sete Povos das Missões*⁴. A redução de San Angel Custódio, berço do atual município de Santo Ângelo, foi a última a ser fundada, primeiro em 1706, às margens do rio Ijuí, depois, definitivamente instalando-se em 1707 onde hoje se encontra a Praça Pinheiro Machado e a Catedral Angelopolitana (figura 1).

⁴De acordo com Schallenberger (2006, p. 114-115), os jesuítas e indígenas voltaram a fundar reduções na banda oriental do rio Uruguai, não só para defender a terra e o gado, mas para se contrapor a ação do colonialismo e, assim, resguardar o espaço missioneiro. Dessa forma, foram criados os Sete Povos das Missões, primeiro São Francisco de Borja em 1682; depois São Nicolau, São Miguel Arcanjo e São Luiz Gonzaga, todas em 1687; São Lourenço Mártir foi organizada em 1690; São João Batista em 1697; e, por último, San Angel Custódio em 1707.

Figura 1 – Praça Pinheiro Machado e Catedral Angelopolitana, localizada no Centro Histórico de Santo Ângelo, onde em 1707 foi fundada a Redução de San Angel Custódio



Fotógrafo: Amilcar Guidolim Vitor (2019)

Com a assinatura do Tratado de Madrid em 1750 e o início da Guerra Guaranítica como consequência dele, as missões entraram em decadência. Os indígenas que não foram massacrados durante o conflito com as coroas de Portugal e Espanha se dispersaram pelo território, ao passo que os jesuítas foram expulsos da região pelo Marquês de Pombal⁵.

Apesar de a região dos *Sete Povos das Missões* não ter ficado de todo abandonada em função de um grande contingente de grupos indígenas que circularam pelo território, entre 1760 e as primeiras décadas do século XIX, nem de longe o local lembrava a estrutura e o período de desenvolvimento econômico da experiência reducional protagonizada por jesuítas e indígenas. Com o tempo e as ações da natureza a estrutura da redução se transformou em ruínas.

Conforme Machado (1981, p. 19), em 1824 fracassou a primeira tentativa de instalação de europeus na região com a vinda de imigrantes alemães. Entretanto, algumas famílias se mantiveram no local como os Krueel, os Holsbach, os Schmidt e os Bulgsdorph. Foi a partir da segunda metade do século XIX que a freguesia de Santo Ângelo vinculada administrativamente a Cruz Alta passou a vivenciar com maior

⁵ Secretário de Estado de Portugal durante o reinado D. José I.

intensidade um período de repovoamento e nova organização político-econômica que culminou com sua emancipação em 1873.

Nesse processo de repovoamento as pedras das ruínas da antiga redução serviram como matéria-prima para a construção de novas edificações e estruturas que começaram a surgir no entorno da igreja do período reducional, sendo ela inclusive, fadada ao desaparecimento nesse processo. Segundo registros de Hemetério Silveira (1979, p. 172) em 1886 começavam a demolir parte do frontispício da igreja para aproveitar o material na nova capela que pretendiam construir. O mesmo aconteceu com todo o restante da estrutura da redução que deu lugar às novas edificações que começaram a aparecer no entorno do mesmo espaço. Sobre as ruínas de San Angel, surgiu Santo Ângelo. Conforme Darlan Marchi (2018, p. 82):

[...] No final do século XIX e início do século XX, os remanescentes arquitetônicos dos povoados jesuíticos foram, deliberadamente, reutilizados para outras construções. Inclusive, vigorava em Santo Ângelo, entre 1901 e 1925, dentro da Lei Orçamentária do Município, uma taxa específica sobre o metro cúbico de pedras retiradas dos “Povos Jesuíticos de S. João e São Miguel”. A reutilização das pedras para novas residências estava inserida em práticas vernáculas de construção, revelando a ausência de reconhecimento de um valor histórico e patrimonial que pudesse ser atribuído às mesmas pela população.

A partir da década de 1920 o reconhecimento e a elaboração do passado jesuítico-indígena como parte da formação territorial e cultural do Rio Grande do Sul começou a tomar forma, principalmente em função da criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e a apresentação de duas tendências historiográficas onde sobressaíram as explicações sobre a origem lusitana e platina da história sul-rio-grandense (GUTFREIND, 1998, p. 47). Na matriz lusitana destacaram-se os escritos de Aurélio Porto, Souza Docca, Othelo Rosa e Moysés Vellinho. Do ponto de vista platino, os trabalhos de Hemetério Velloso da Silveira, Carlos Teschauer, Luiz Gonzaga Jaeger e José Hansel foram fundamentais para que se estabelecesse uma tendência historiográfica jesuítico-missioneira no processo de formação do Rio Grande do Sul. Também nos anos 1920 o governo estadual de Borges de Medeiros havia reconhecido São Miguel como “lugar histórico” através do novo Regulamento de Terras e Colonização (MEIRA, 2008 apud MARCHI, 2018, p. 82).

Em 1929 foi iniciada a construção da Catedral Angelopolitana de Santo Ângelo. A igreja foi edificada no mesmo local do antigo templo da redução e no lugar de uma

segunda capela datada do século XIX, a qual só foi demolida por volta de 1940. Essa terceira igreja de Santo Ângelo inspirada no templo da redução de São Miguel Arcanjo contou com o trabalho do escultor austríaco Valentin Von Adamovich, que nos anos 1950 criou as esculturas e acabamentos da fachada. Somente na década de 1970 as obras foram concluídas com a construção das duas torres (FINOKIET, 2003, p. 47).

Em 2019 a catedral completa 90 anos do início de suas obras e constitui-se em uma importante expressão do patrimônio cultural de Santo Ângelo. Seu entorno que engloba a Praça Pinheiro Machado foi reformulado a partir de 2006 quando também foram efetivadas escavações arqueológicas que trouxeram à tona vestígios da estrutura da igreja do período reducional. Atualmente existem janelas arqueológicas que expõem essa estrutura para moradores e turistas (figura 2).

Figura 2 – Janelas arqueológicas que expõem parte da fundação da antiga igreja da Redução de San Angel Custódio



Fotógrafo: AmilcarGuidolim Vitor (2019)

O amplo espaço em frente à catedral serve como local de socialização e também é palco para festivais de música, programações de natal, bem como formaturas e outros eventos. O lugar da antiga redução atualmente é a expressão do

patrimônio missioneiro que a população santo-angelense mais se apropria, sendo muito comum nas programações que ali são realizadas a rememoração discursiva do período jesuítico-indígena, geralmente com falas que representam a experiência missioneira reducional de maneira heroicizada e produzem afetividades em relação a um passado distante, tanto pelo tempo quanto pela quase ausência de seus vestígios materiais.

Porém, o início desse processo de rememoração e uso do passado remete a década de 1930. De acordo com Marchi (2018, p. 83) foi a projeção de São Miguel em nível nacional, quando do tombamento do sítio em 1938, através do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no governo de Getúlio Vargas, que contribuiu para que as ruínas adquirissem o status de elemento simbólico central para a identidade dos santo-angelenses com o passado jesuítico-indígena. A criação do Museu das Missões em 1940 também auxiliou a inserir as ruínas de São Miguel no discurso da identidade nacional produzido naquele período pelo governo de Getúlio Vargas. O passado das missões jesuíticas passou a fazer parte não apenas do imaginário, mas principalmente das políticas públicas de rememoração e construção de uma identidade regional missioneira.

Nesse processo Santo Ângelo precisava aglutinar as diferentes etnias que passaram a compor seu território. Desde o período do repovoamento no século XIX a cidade passou a receber um número significativo de imigrantes europeus que vieram se estabelecer na região, processo esse ampliado a partir da implantação da malha ferroviária e da inauguração da Estação Férrea em 1921. Foram grupos de origem alemã, italiana, polonesa e de diversas outras etnias que passaram a fazer parte do espaço já ocupado por portugueses, indígenas e afro-brasileiros. Aos poucos Santo Ângelo e a região das missões foram se constituindo em um mosaico étnico e cultural multifacetado que encontrou nos referenciais históricos do passado reducional uma forma de estabelecer unidade ao que por si só era diverso.

Para Nagel (2001, p. 14) a perda das raízes dos referenciais históricos dessas etnias fez com que esses grupos sociais idealizassem no passado histórico da região uma nova face identitária, caracterizada por missioneira e identificada com o passado das reduções dos sete povos das missões. Dessa forma, “[...] quando abordamos as origens de Santo Ângelo, o que se preserva no imaginário é a constatação de ser

missioneiro precedido da construção da noção de temporalidade, ou seja, associação de tempo às práticas culturais na região [...]” (SANTOS, 2008, p. 195). Além do mais:

Imagem marcante e representativa do imaginário missioneiro santo-angelense é o lugar de memória, a Igreja Angelopolitana, que ocupa lugar de destaque no espaço urbano contemporâneo. Dessa forma, não são os cientistas sociais os únicos responsáveis pelo que foi escolhido, mas também a sociedade, que reconhece nos diversos ícones-vestígios, como a escultura de Cristo e no próprio projeto urbanístico da Catedral Angelopolitana (que apesar de erguida em 1929, procurava os princípios do templo de São Miguel), os atributos históricos que lhe dão e permitem alcançar a legitimidade necessária (SANTOS, 2008, p. 199).

Por outro lado, para José Otávio Catafesto de Souza (2007, p. 51-53) atualmente as administrações municipais se vangloriam do patrimônio missioneiro, o que não aconteceu até a década de 1970 quando as vendas de pedras das ruínas de Santo Ângelo, São João Batista e São Miguel eram frequentes. Para o autor, essa depredação oficial é um exemplo contundente do esforço por parte da elite política santo-angelense de silenciar seu passado autóctone. Da mesma forma, também observa que os missioneiros contemporâneos cultivam com orgulho um atavismo nativista e reivindicam uma origem indígena vaga e distante, não superando o “eurocentrismo nativizado” das elites, o que exige consciência para desvelar a forte ascendência indígena das pessoas que hoje habitam Santo Ângelo, tornando visível que estes grupos originários sobrevivem marginalizados pela estrutura montada pelos “de origem”.

Para Nagel (2007, p. 102) enquanto parte dos habitantes ignora que a cidade cresceu no local do sítio arqueológico da antiga redução de San Angel, outra parcela dessa mesma população, embora não tenha nenhuma ligação sanguínea ou descendência indígena, autodenomina-se missioneira. Reside aí a construção de uma identidade que a diferencie, valendo-se do passado jesuítico-indígena como uma espécie de elo unificador das diferenças étnicas e ao mesmo tempo um agente catalisador das políticas públicas de memória e patrimônio que visam construir uma ideia de região e de identidade missioneira alicerçada no patrimônio de pedra, seja as que foram destruídas ou encobertas em Santo Ângelo, seja as que foram preservadas como patrimônio da humanidade em São Miguel.

Outro fator importante nesse processo é a construção de monumentos que se criaram não apenas em Santo Ângelo, mas em outros municípios da região das

missões, os quais remetem ao passado reducional e buscaram torná-lo presente. Em Santo Ângelo destaca-se o monumento ao índio Sepé Tiarajú e a família Guarani (figura 3). Construído na década de 1960 pelo artista Olindo Donadel, a obra encontra-se em frente ao Teatro Municipal Antônio Sepp, outro lugar que se vale do passado para batizar um espaço de cultura do município. E assim são, não apenas os espaços públicos, mas empresas, ruas, praças e eventos que usam as expressões “Sepé Tiarajú”, “missões” ou “missioneiro” para reforçar o lugar de origem e a presença marcante do passado na construção da identidade cultural local. Dessa forma, as utilizações de referências à história das missões nos apelos publicitários que visavam atrair os turistas revelam o desejo de criar uma imagem de união dos cidadãos santo-angelenses em torno dos mesmos ideais em busca de um crescimento socioeconômico e cultural (NAGEL, 2007, p. 105).

Figura 3 – Monumento à família Guarani com turistas visitando o local. Ao fundo Teatro Municipal Antônio Sepp



Fotógrafo: AmilcarGuidolim Vitor (2018)

E é nesse universo de políticas públicas que a partir dos anos 1980 tornaram-se mais frequentes as ações que visavam ratificar a construção de uma memória, uma identidade e um patrimônio missioneiro em Santo Ângelo. Até o ano de 1988, São

Miguel era distrito santo-angelense e na medida em que, na denominada “*capital das missões*”, não existiam elementos arqueológicos do passado reducional, o distrito miguelino possuía não apenas o sítio, mas já contava com a proteção por parte do governo federal. Em 1983 São Miguel foi declarado patrimônio da humanidade pela UNESCO, o que ampliou ainda mais os usos do passado jesuítico-indígena e o processo de construção de uma identidade local como missioneira.

No ambiente acadêmico o interesse pelo passado das missões jesuítico-indígenas também produziu pesquisas, estudos, reflexões e ações que repercutiram nesse contexto em que história, memória e patrimônio estavam sendo ativados. Em 1984 foi criado junto a Fundação Missioneira de Ensino Superior (FUNDAMES), o Centro de Cultura Missioneira (CCM), espaço dedicado a preservar documentos, bibliografia e até mesmo objetos materiais ligados ao passado reducional, criando-se também um Núcleo de Arqueologia no local. Esse espaço funciona até hoje e faz parte da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo. Da mesma forma, ligado ao ambiente acadêmico, foram realizados no município de Santa Rosa entre 1975 e 1995 onze edições do Simpósio de Estudos Missioneiros, evento dedicado a socializar pesquisas e conhecimentos acerca do passado das missões.

Nos anos 1990 Santo Ângelo vivenciou as primeiras pesquisas e intervenções arqueológicas de cunho científico sob a coordenação do arqueólogo Giovani Scaramella, as quais revelaram grande quantidade de material arqueológico do século XVIII ao século XX, contribuindo para uma lenta e gradual percepção da comunidade local quanto à existência de vestígios visíveis do passado missioneiro (PIPPI, 2007, p. 66). Da mesma forma, nos anos 2000, em uma nova parceria da URI – Campus Santo Ângelo com a prefeitura municipal, foram realizadas novas escavações arqueológicas no entorno da antiga redução de San Angel lideradas pela arqueóloga Raquel Machado Rech, desvendando as bases estruturais da igreja da antiga redução. Daquele período em diante foram criados projetos de educação patrimonial direcionados às escolas do município, assim como um Núcleo de Arqueologia vinculado a prefeitura municipal contando com equipe técnica para efetivar novas pesquisas na cidade.

Voltando aos anos 1980, outros municípios da região das missões igualmente com um passado reducional viviam o mesmo processo de elaboração de sua história,

construção de suas memórias, identidades e reconhecimento das expressões do seu patrimônio cultural. Em São Luiz Gonzaga esse missionarismo é tratado por Pommer (2009) como a construção de uma identidade regional baseada em eventos, como as Mostras de Arte Missionárias, durante o final da década de 1970 e início dos anos 1980, que em um processo de rememoração do passado reducional tenderam a produzir uma identidade regional. De acordo com a autora a recriação do passado colonial atribuiu-lhe um novo sentido, construindo uma tradição identitária que desse respostas ao novo momento que a cidade e região viviam, especialmente com a mecanização da produção agrícola.

Muriel Pinto (2011) afirma que nesse momento pode-se apontar para a existência de micro identidades na região noroeste do Rio Grande do Sul, onde apesar de alguns municípios terem seu passado ligado ao período reducional e a partir do século XIX terem surgido cidades em seus espaços, como Santo Ângelo, São Borja, São Nicolau e São Miguel das Missões, o processo de construção dessas identidades não foi homogêneo. Pinto apontou a existência de pelo menos três micro identidades na região: a identidade missionária-pampeana, de municípios localizados na campanha gaúcha, como São Borja; a identidade missionária-reducional, de municípios que abrigam remanescentes do período colonial, como São Miguel das Missões e São Nicolau; e a identidade missionária-europeia, presente nos municípios cuja povoação por imigrantes europeus e descendentes fora expressiva, como Santo Ângelo.

No final da década de 1980, mais especificamente em 1988, o então distrito de São Miguel, parte territorial e administrativa de Santo Ângelo, se emancipou. De acordo com Marchi (2018, p. 87-88) esse acontecimento produziu um sentimento de perda em relação ao patrimônio mundial, o que exigiu da municipalidade a elaboração de novas políticas públicas que mantivessem o processo de construção de uma identidade missionária. Dos anos 1990 em diante o reforço a um vínculo com o passado jesuítico-indígena foi reforçado em Santo Ângelo, seja na realização de eventos, na criação de agências de turismo e pacotes turísticos, ou mesmo na continuidade de políticas públicas que reforçassem os laços históricos e identitários com as missões. Essas ações que se desenvolveram através da produção de representações sociais e também com o estabelecimento de expressões patrimoniais demonstram o quanto o passado torna-se relevante culturalmente, principalmente

quando há interesses por parte dos grupos sociais que se reservam o direito de produzirem história, teatralizando o passado e mitificando-o para atender às suas necessidades (BRUM, 2006, p. 24).

Entretanto, nesse processo de rememoração e uso do passado das missões, nos anos 1980 e 1990 surgiu a possibilidade de outro período histórico ser ativado em Santo Ângelo, o qual não foi apropriado e representado de maneira tão idílica. Esse, o passado da Coluna Prestes.

A Coluna Prestes e seu lugar na memória e no patrimônio cultural de Santo Ângelo

A Coluna Prestes foi um movimento rebelde da década de 1920 liderado por militares do Exército, importante no processo de desestabilização do sistema político da Primeira República (1889-1930). Percorreu o Brasil entre outubro de 1924 e fevereiro de 1927 fazendo um trajeto de mais de vinte mil quilômetros visando à deposição dos presidentes Artur Bernardes e Washington Luís. Sua origem está diretamente relacionada ao movimento tenentista⁶, dissidência política e militar em relação à eleição de Artur Bernardes para a presidência da República em 1922. Em julho do mesmo ano, militares, sobretudo de baixa patente, lideraram um movimento rebelde que visava impedir a posse do presidente eleito. Planejado para ser um movimento de proporção nacional, a insurreição ficou limitada ao Rio de Janeiro e ao Forte de Copacabana, onde os rebeldes ficaram isolados e foram desarticulados pelas forças do governo federal.

Após o movimento, a maioria dos militares envolvidos foi expulsa das Forças Armadas, presos ou transferidos para outros estados e unidades do Exército. Entre eles, o capitão Luiz Carlos Prestes, que viria a se tornar em importante líder estratégico da Coluna que percorreu o Brasil. Prestes foi transferido para o Rio Grande do Sul em outubro de 1922 como forma de punição a sua participação nas conspirações de julho do mesmo ano, que resultaram nas ações do primeiro levante

⁶O movimento tenentista se desenvolveu principalmente a partir de 1922 em oposição aos governos dos presidentes Epitácio Pessoa e, posteriormente, Artur Bernardes. Levava esta denominação pelo fato de seus participantes serem, em sua maioria Tenentes e Capitães do Exército (PRESTES, 1997, p. 69). De acordo com Borges (1992, p. 20), a designação de 'tenentes' surge em 1931, quando o termo "tenentismo" se generaliza, referindo-se a uma "corrente", um "partido dos tenentes", que é visto como muito forte na cena política.

tenentista no Rio de Janeiro (PRESTES, 2015, p. 37). No estado a missão do capitão engenheiro era exercer a chefia da Comissão Fiscalizadora da Construção de Quartéis na região noroeste, mais especificamente nas cidades de Santo Ângelo, Santiago do Boqueirão e São Nicolau.

Entretanto, foi a partir de 1924 que as ações militares de Luiz Carlos Prestes em relação à contestação do regime político vigente no país tiveram maior destaque. Em outubro deste ano Prestes liderou uma insurreição rebelde no 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo. Outros quartéis do Rio Grande do Sul também se sublevaram dando continuidade às rebeliões tenentistas que já haviam iniciado em São Paulo no mês de julho.

Após assumir o posto de comandante do movimento rebelde, Prestes e outras lideranças organizaram a tropa rebelde em São Luiz Gonzaga e, sendo acossados por efetivos legais do governo do Rio Grande do Sul, passaram a empreender marcha em direção ao Paraná onde estava o efetivo paulista do movimento, comandado pelo major da Força Pública de São Paulo, Miguel Costa. A unificação de tropas rio-grandenses e paulistas aconteceu a partir de abril de 1925. Entretanto, em função de estarem constantemente sob perseguição por parte de efetivos militares do governo, os rebeldes passaram a efetivar deslocamentos sobre o território brasileiro.

Após dois anos e três meses de marcha e inúmeros combates entre tropas rebeldes e governistas, os líderes da Coluna resolveram buscar novos caminhos para o movimento. O presidente do país já era Washington Luís quando em fevereiro de 1927 a Coluna entrou na Bolívia dando fim a uma marcha que percorreu aproximadamente 25 mil quilômetros, empreendida durante dois anos e três meses, passando de sul a norte por diversos estados brasileiros, chegando a adentrar territórios do Paraguai até a chegada em Santa Cruz de La Sierra. Sobre a situação que levou o efetivo a se refugiar na Bolívia, Luiz Carlos Prestes diz o seguinte: “Precisávamos estudar para compreender as causas de como em um país tão rico como o nosso, o povo pode viver em tão grande miséria. Foi por isso que pensamos: estava chegando o momento de terminarmos a luta [...]” (MEIHY; BIAZO, 2002, p. 66).

Depois da epopeia da Coluna, Prestes refugiou-se na Argentina e no Uruguai, rompeu com os tenentes quando estes aderiram a Aliança Liberal que indicou o nome de Getúlio Vargas a presidência da República em 1930 e em 1934 ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB) indo para a União Soviética. Retornou ao Brasil em

1935 para liderar o movimento revolucionário contra o governo de Getúlio Vargas, o que lhe custou quase 10 anos de prisão incomunicável. Sua companheira Olga Benário foi deportada grávida para a Alemanha e morta nos campos de extermínio nazistas em 1942. Com o fim do Estado Novo foi anistiado em 1945 e eleito senador da República. Participou da constituinte em 1946 e teve seu mandato cassado em 1948. A partir desse ano viveu períodos de clandestinidade e exílio, aprofundados em 1964 com o golpe civil-militar e a implantação da ditadura. Com a anistia em 1979 pôde retornar ao Brasil. Em março de 1980 Prestes divulgou sua *Carta aos Comunistas*, documento onde expôs divergências com a direção do PCB. Posteriormente, deixou de ocupar o cargo de Secretário-Geral do partido e no restante dos anos 1980 dedicou-se a percorrer o Brasil expondo sua visão sobre a condição do país, o processo de redemocratização e a necessidade de uma revolução socialista. Faleceu em março de 1990 aos 92 anos de idade (PRESTES, 2015).

No período em que Prestes viajava o Brasil na década de 1980, em 1984 foi convidado a estar em Santo Ângelo participando do evento “*Coluna Prestes: 60 anos depois*”. Nos anos 1980 Santo Ângelo estava em pleno processo de elaboração do seu passado jesuítico-indígena, como já mencionamos anteriormente, e a vinda de Prestes, bem como a realização do evento em memória aos 60 anos dos levantes de 1924 que derem origem a Coluna Prestes marca o início de um processo que vai culminar na implantação do Memorial Coluna Prestes em 1996.

A vinda do ex-comandante da Coluna aconteceu em um período marcado pelo processo de transição do regime militar para a redemocratização política no Brasil. “A iniciativa de convidar Prestes para um encontro em Santo Ângelo foi idealizada, inicialmente, pela Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos de Santo Ângelo (SENASA)” (MEIHY; BIAZO, 2002, p. 13). O objetivo do encontro era evidenciar as obras de infraestrutura realizadas por ele quando de sua atuação como capitão engenheiro em Santo Ângelo entre 1922 e 1924. Entretanto, tendo em vista o contexto social da época e a importância política de Luiz Carlos Prestes, o evento acabou ganhando proporções maiores e passou a contar com o apoio da Fundação Missioneira de Ensino Superior (FUNDAMES) através do seu presidente na época, Clowis Apollo Mitri, mobilizando a comunidade acadêmica a participar do evento que rememorar os 60 anos do início do movimento rebelde que deu origem a Coluna Prestes nos anos 1920 (MEIHY; BIAZO, 2002, p. 13).

Naquele período, a presença de Prestes era requisitada em vários lugares do Brasil por instituições, meios de imprensa e intelectuais preocupados com os desdobramentos políticos do país. Porém, aquele ainda era um período desconfortável para ideias e propostas que pretendiam enfrentar os setores conservadores da sociedade que apoiavam a permanência do regime militar (MEIHY; BIAZO, 2002, p. 14). Na época, o próprio município de Santo Ângelo vinha de quatro administrações no executivo ligadas a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)⁷ entre 1969 e 1982, e três, entre 1982 e 1992, incluindo a gestão de 1984, do Partido Democrático Social (PDS)⁸. Na Câmara de Vereadores o cenário não era muito diferente na legislatura 1983-1988, sendo 11 dos 21 vereadores, membros da bancada do PDS.

Neste contexto, “[...] o retorno de Prestes a Santo Ângelo foi, contudo, um evento polêmico em nível local, pois havia sido marcado pela resistência das alas mais conservadoras da cidade [...]” (MEIHY; BIAZO, 2002, p. 14). A negativa deste grupo ficou explícita quando, “[...] a Câmara Municipal de Vereadores negou o título de cidadão santo-angelense a Prestes, durante aquela sua visita à cidade” (MEIHY; BIAZO, 2002, p. 15). De acordo com Meihy e Biazio (2002, p. 15): “[...] a petição idealizada pela vereadora Denise Galeazzi e encaminhada, a seu pedido, pelo vereador Adroaldo Mousquer Loureiro, não tinha conseguido aprovação, tendo recebido dez votos favoráveis, nove contrários e uma abstenção. [...]”.

O grupo político liderado pelos vereadores Denise Galeazzi e Adroaldo Loureiro entendia que a recepção a Prestes em Santo Ângelo e as homenagens que deveriam ser prestadas eram legítimas, tendo em vista o caráter revolucionário que a Coluna Prestes teve na década de 1920 e ao fato desse processo ter sido iniciado em Santo Ângelo quando Prestes servia no 1º Batalhão Ferroviário. Assim, era importante para este grupo não apenas homenagear o Prestes comandante da Coluna, mas reconhecer sua representatividade política em um período marcado pelas lutas a favor da redemocratização do país. Dessa forma,

[...] Trata-se de dois momentos históricos, é evidente, mas a retomada da façanha de 1924 ganha também um peso simbólico, de uma nova coluna, na medida em que metaforiza uma pretensa nova marcha pelo país. Como se a Coluna Prestes em 1984 fosse um movimento que partindo de Santo Ângelo

⁷ Partido político criado em 1965 com o objetivo de dar sustentação política a ditadura militar.

⁸ Partido político criado em 1980 após o fim do bipartidarismo implantado pelo regime militar em 1964. É considerado como um partido sucessor da ARENA.

percorresse o Brasil, a intenção do encontro deixa de lado o valor laudatório e assume um caráter militante (MEIHY; BIAZO, 2002, p. 92).

Levando-se em consideração esse momento político em que a redemocratização era uma bandeira dos setores que faziam oposição a continuidade dos militares no poder, havia na presença de Prestes em Santo Ângelo um significado e um simbolismo marcante, na medida em que dez anos antes, quando do cinquentenário da Coluna, não havia a menor possibilidade de um evento desta magnitude ser realizado, não apenas pelos significados do Prestes revolucionário dos anos 1920, mas, sobretudo, em função do Prestes revolucionário ligado ao Partido Comunista após a década de 1920. Reside aí a motivação para a negativa da concessão do título de cidadania honorária por parte da Câmara de Vereadores de Santo Ângelo em 1984.

Doze anos depois deste evento e cinco anos após o falecimento de Luiz Carlos Prestes, em dezembro de 1996 foi inaugurado em Santo Ângelo o Memorial Coluna Prestes. O prefeito da época era Adroaldo Mousquer Loureiro, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Loureiro recorda que “[...] como prefeito, inclusive eu conversava muito com a Gládis (Diretora do Museu Municipal) sobre isso. Resgatar essa história toda que é uma coisa importante, pra cultura, até mesmo pro próprio turismo nosso [...]”⁹. Loureiro fora um dos vereadores que em 1984 propôs a concessão do título de cidadania honorária de Santo Ângelo a Luiz Carlos Prestes.

A idealização e implantação do Memorial Coluna Prestes em Santo Ângelo foi liderada por Adroaldo Loureiro, Gládis Pippi, coordenadora do museu municipal José Olavo Machado e contou com a colaboração da família de Luiz Carlos Prestes ligada ao seu casamento com Maria do Carmo Ribeiro Prestes¹⁰, especialmente através de um dos filhos do casal, Luiz Carlos Prestes Filho. Por meio do trabalho e esforços deste grupo o Memorial foi inaugurado em 17 de dezembro de 1996 na sede da antiga estação ferroviária de Santo Ângelo (Figura 4), prédio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE).

⁹ Arquivo de Entrevistas do Centro de Cultura Missioneira (CCM) localizado em Santo Ângelo/RS no campus da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). - Depoimento oral concedido por Adroaldo Mousquer Loureiro à Claudete Boff e Dione Mello Lenz, em 06/11/1998.

¹⁰ Luiz Carlos Prestes teve um relacionamento com Olga Benário, militante comunista que veio o acompanhando ao Brasil para a organização de um movimento revolucionário contra o governo de Getúlio Vargas em 1935. Prestes e Olga foram presos, sendo ela deportada grávida dele para a Alemanha nazista, onde foi executada no campo de extermínio de Bernburg em 1942. A filha do casal, Anita Leocádia Prestes, foi libertada e ficou sob os cuidados da avó paterna, Leocádia Prestes. Posteriormente, Prestes casou-se com Maria do Carmo Ribeiro Prestes, com quem teve mais sete filhos.

Figura 4 – Prédio da antiga Estação Ferroviária de Santo Ângelo, inaugurado em 1921. Desde 1996 abriga o Memorial Coluna Prestes e o Museu Ferroviário.



Fotógrafo: Amilcar Guidolim Vitor (2018)

Entretanto, a implantação do Memorial Coluna Prestes em 1996 não foi uma unanimidade na comunidade santo-angelense. A iniciativa partiu de um grupo político representado pelo prefeito Adroaldo Loureiro que acreditou nos benefícios culturais e econômicos que o local poderia trazer para Santo Ângelo, especialmente em um momento em que também se ativava o passado histórico do período jesuítico-indígena da cidade. Por outro lado, ainda eram sentidos nos anos 1990 os resquícios dos embates políticos de 1984, assim como a resistência em relação à trajetória política de Luiz Carlos Prestes no PCB.

Prevendo o aproveitamento cultural do Memorial Coluna Prestes a imprensa santo-angelense fazia projeção de como o local seria útil: “Formado pelas duas obras de arte e mais um completo museu o Memorial santo-angelense se tornará uma visita obrigatória para uma vasta legião de pessoas que querem conhecer cada vez mais sobre a história de Prestes” (JORNAL DAS MISSÕES, 1996, p. 02).

Principalmente o periódico *Jornal das Missões*, de propriedade da família do prefeito Adroaldo Loureiro, comemorava os benefícios que o Memorial traria para Santo Ângelo. Tais benefícios não estavam relacionados apenas ao desenvolvimento cultural da cidade através da valorização do passado em um novo lugar de memória, mas, fundamentalmente, tratava-se de benefícios econômicos com o desenvolvimento

do turismo na cidade, agregando novos pontos de referência turística ao município. O jornal evidenciava o seguinte:

Outro aspecto a ser destacado nessa iniciativa da administração municipal de Santo Ângelo em homenagear a Coluna Prestes é a atração turística em que se constituirá o Memorial. O monumento colocado na Avenida Ipiranga é a única obra projetada pelo mais importante arquiteto do país, Oscar Niemayer, situada no Rio Grande do Sul e isso, além da importância histórica e cultural, vale como atrativo. É de se destacar que projeto de Niemayer não teve custo nenhum para o município, foi doado pelo arquiteto que foi companheiro de partido e admirador confesso do “Cavaleiro da Esperança” (JORNAL DAS MISSÕES, 1996, p. 02).

No que se refere às resistências em relação à trajetória política de Luiz Carlos Prestes especialmente no comunismo brasileiro, o professor Valmir Muraro, que em 1984 participou do evento *Coluna Prestes: 60 anos*, relata a jornalista Fabieli Meotti a ideia que se tinha acerca do comunismo.

Os comunistas eram vistos como pessoas de uma periculosidade até assustadora. Eu lembro que nas escolas depois de 64, antes do início das aulas a gente rezava pedindo a Deus que nos libertasse das ameaças do comunismo. As professoras diziam que o comunismo viria tirar os animais e as terras dos colonos. Certamente esta visão anticomunista associada à figura de Prestes o transforma num vilão (MEOTTI, 2009, p. 05).

Não apenas o preconceito que se tinha em relação à orientação política de Luiz Carlos Prestes, mas também a contrariedade em relação a sua presença em Santo Ângelo ficou comprovada com a negativa do título de Cidadão Honorário em 1984. Sobre esse evento, em depoimento a Fabieli Meotti, Luiz Carlos Prestes Filho recorda:

[...] Quando meu pai esteve visitando Santo Ângelo, em 1984, o então vereador Adroaldo Loureiro quis dar a ele o título de Cidadão Honorário de Santo Ângelo e naquele momento a Câmara Municipal negou. Além disso, quando ele chegou a Santo Ângelo foi dada ordem expressa de que se o ex-capitão Luiz Carlos Prestes se aproximasse do Batalhão de Comunicações os soldados tinham que abrir fogo. Imaginem só, o papai estava com 86 anos, e ainda emitia medo naquela época no Exército. Então dá para perceber como nós mudamos, como o Brasil mudou. [...] (MEOTTI, 2009, p. 05).

A iniciativa de trazer Luiz Carlos Prestes a Santo Ângelo desagradou, de maneira geral, toda a ala conservadora da política local. Valmir Muraro ainda recorda: “Nosso objetivo não era, de forma alguma, fazer apologia ao comunismo ou política

partidária, mas como historiadores queríamos registrar um acontecimento histórico importante para a região [...]” (MEOTTI, 2009, p. 05).

Apesar de terem existido manifestações e representações a favor e contra a presença de Luiz Carlos Prestes em Santo Ângelo em 1984 ou em relação ao Memorial Coluna Prestes nos anos 1990, o fato é que o passado da Coluna Prestes passou a ser acionado em Santo Ângelo em um momento em que a cidade elaborava e também se utilizava do passado das missões jesuítico-indígenas como forma de construir não apenas sua identidade, mas também expressões do patrimônio cultural.

Mesmo que o Memorial Coluna Prestes esteja afirmado na cidade de Santo Ângelo enquanto um espaço de memória e de ressignificação do passado, de usos culturais, econômicos ou políticos, ele ainda é um espaço que gera debate e representações contra o local. Assim como houve manifestações a favor de sua criação e que o estabeleceram como expressão do patrimônio cultural de Santo Ângelo, também quem foi contrário à iniciativa na década de 1990 procurou representá-lo como algo negativo para a cidade baseado principalmente em suas ideologias políticas contrárias a que foi seguida por Luiz Carlos Prestes em praticamente toda a sua atuação como homem público no Brasil, como no exemplo a seguir.

Para vergonha e repúdio da nação, o nome de Luiz Carlos Prestes, covarde assassino e vendilhão de sua pátria, é dado a logradouros públicos, por indicação de autoridades executivas ou de políticos levianos e oportunistas, sem o menor sentimento de patriotismo. Certamente, desconhecem a verdadeira história ou esposam ainda filosofias sanguinárias e ditatoriais. Em nossa querida Capital Missioneira, usamos e veneramos o nome e a figura de Prestes, para fins turísticos, com o argumento de que quando iniciou a marcha, hoje denominada “Coluna Prestes”, este ainda não era militante do comunismo internacional e defendia ideais, digamos, mais “patrióticos” (MULLER, 2009, p. 06).

A grande diferença entre o processo de negociação e usos de um ou outro passado reside no fato de que a história e a memória da Coluna Prestes envolve questões de cunho político e ideológico, principalmente porque envolve um movimento insurgente contra o Estado como foi a Coluna Prestes e a trajetória política de Luiz Carlos Prestes no comunismo a partir dos anos 1930 em um século marcado pela polarização entre os sistemas capitalista e socialista nas disputas entre Estados Unidos e União Soviética. Neste contexto, acionar o passado das missões se tornou algo bem menos conflituoso no que se refere às disputas pela memória e o patrimônio

que, no caso da Coluna Prestes deixa marcas até os dias de hoje, especialmente no contexto político que o Brasil vive na segunda metade dos anos 2010.

Considerações finais

Recorrer ao passado como forma de (re)construir memórias, identidades e expressões do patrimônio cultural é uma das principais estratégias adotadas por comunidades, instituições públicas ou privadas, assim como governos. Os campos da memória e do patrimônio são polissêmicos, existindo múltiplas interpretações acerca de seus significados. Porém, entendê-los como espaços de disputa e de interesses por parte daqueles que irão buscar no passado elementos de legitimação do presente, é indispensável para as ciências sociais e humanas.

No município de Santo Ângelo esse processo não foi diferente. Inicialmente, o passado a ser acionado e que serviu como referência para a construção da memória, identidade e expressões de um patrimônio batizado como missioneiro, foi o passado das reduções jesuítico-indígenas. A partir da década de 1920 esse passado passou a ser reconhecido como parte do processo de construção cultural e territorial do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que foi inserido em um projeto de construção do Estado Nacional brasileiro, especialmente a partir do governo de Getúlio Vargas na década de 1930, reconhecendo e protegendo o sítio arqueológico de São Miguel como patrimônio histórico. Em Santo Ângelo não houve tempo para que isso fosse possível, na medida em que na década de 1920 praticamente nada restava da estrutura da redução de San Angel Custódio. Daí a importância do distrito de São Miguel que até a década de 1980 serviu como elemento legitimador e agregador da identidade missioneira dos santo-angelenses.

Exatamente nesse período, anos 1980, se passou a acionar outro período histórico em Santo Ângelo. O passado da Coluna Prestes passou a ganhar atenção por parte das instituições públicas e acadêmicas com a realização do evento *“Coluna Prestes: 60 anos depois”*. Nos anos 1990 foi inaugurado o Memorial Coluna Prestes ratificando o acionamento e uso desse passado. Entretanto, ao contrário dos referenciais históricos do período reducional, o passado da Coluna Prestes mostrou-se menos agregador na medida em que a atuação política de Luiz Carlos Prestes ao longo do século XX, especialmente após a sua adesão ao Partido Comunista do Brasil

nos anos 1930, passou a significar rejeição por parte daqueles que viam no comunismo um perigo a estabilidade social e política do Brasil, ainda sob a tutela dos militares em uma ditadura iniciada em 1964.

Muito em função disso, o passado da Coluna Prestes, a trajetória política de Luiz Carlos Prestes e, especialmente, o Memorial Coluna Prestes, foram vistos de maneira ambígua. Ao mesmo tempo em que este espaço era representado como um “resgate” da história de Santo Ângelo e uma ferramenta para o desenvolvimento do município através do turismo, também era associado ao comunismo da biografia política de Luiz Carlos Prestes, sendo esse um argumento para sua negação por parte de grupos políticos contrários a sua existência.

Com a perda do distrito de São Miguel emancipado em 1988 e, conseqüentemente, do sítio histórico e arqueológico que durante tanto tempo foi o principal elemento simbólico da identidade missioneira, Santo Ângelo teve de, a partir da década de 1990, se reinventar no que se refere às suas estratégias e políticas públicas de memória e patrimônio. Neste contexto, o passado da Coluna Prestes passou a representar um “fato novo” nesse processo, mesmo com todas as visões e representações que evidenciaram contradições no entendimento da legitimidade e relevância de se acionar especificamente este período da história de Santo Ângelo. Não significa dizer que na cidade o passado jesuítico-indígena tem mais legitimidade ou é mais valorizado em relação ao passado da Coluna Prestes. O que se pode dizer é que o passado do período colonial é representado de maneira menos problemática e conflituosa em relação ao passado do período republicano.

Referências

ARQUIVO de Entrevistas do Centro de Cultura Missioneira (CCM) localizado em Santo Ângelo/RS no campus da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). **Depoimento oral concedido por Adroaldo Mousquer Loureiro à Claudete Boff e Dione Mello Lenz, em 06/11/1998.**

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRUM, Ceres Karan. **Esta terra tem dono: representações do passado missioneiro no Rio Grande do Sul.** Santa Maria: Ed. UFSM, 2006.

FINOKIET, Bedati. **Arca da memória: artigos sobre a história de Santo Ângelo.** Santo Ângelo: Gráfica Jornal das Missões, 2003.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

JORNAL DAS MISSÕES. **Editorial - Memorial a Prestes resgata a História**. Santo Ângelo, 28 nov. 1996. p. 02.

MACHADO, José Olavo. **História de Santo Ângelo: das missões aos nossos dias**. Santo Ângelo: A Tribuna, 1981.

MARCHI, Darlan de Mamann. A relação dos santo-angelenses com o seu patrimônio: entre a exaltação do passado e as adversidades da preservação no presente. In: BORCHARDT, Juliani; MARCHI, Darlan de Mamann; VITOR, Amilcar Guidolim (org.). **Santo Ângelo em foco: ensaios sobre memória e patrimônio cultural**. Santo Ângelo: FuRI, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BIAZO, Glauber Cícero Ferreira. **O retorno de Luiz Carlos Prestes a Santo Ângelo**. Santo Ângelo: Ediuri, 2002.

MEOTTI, Fabieli. **“Ele nunca se conformou em aceitar a situação”**. Jornal das Missões. Santo Ângelo, 25 jul. 2009. p. 05.

MULLER, Érico. **Coluna Recanto do Sabiá**. A Tribuna Regional. Santo Ângelo, 12 dez. 2009. Cad. Cultura, p. 06.

NAGEL, Liane Maria. A história das missões e a questão da identidade missioneira em Santo Ângelo. In: GONÇALVES, Ana Beatriz R.; BOFF, Claudete. **Turismo e cultura: história regional**. v. 2. Santo Ângelo: Gráfica Venâncio Aires, 2001.

_____. A história das missões e a questão da identidade missioneira em Santo Ângelo. In: PIPPI, Gládis Maria; MÜLLER, Nelci. **300 anos da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio**. Santo Ângelo: Ediuri, 2007.

PINTO, Muriel. **A construção da identidade missioneira no Rio Grande do Sul e as políticas culturais no sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.

PIPPI, Gládis Maria. Redução de Santo Ângelo Custódio. In: PIPPI, Gládis Maria; MÜLLER, Nelci. **300 anos da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio**. Santo Ângelo: Ediuri, 2007.

PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. Festa nas missões: os trezentos anos de Santo Ângelo (1706 – 2006). In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. **Recortes da história brasileira**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **O Guairá e o espaço missionário: índios e jesuítas no tempo das missões rio-platenses**. Cascavel/PR: Coluna do Saber, 2006.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. **As missões orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: ERUS, 1979.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. Santo Ângelo: custódia do “patrimônio missionário” e conflitos de identidade étnica na “capital” dos sete povos. In: PIPPI, Gládis Maria; MÜLLER, Nelci. **300 anos da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio**. Santo Ângelo: Ediuri, 2007.